



GRUPO PARLAMENTAR

PROPOSTA DE LEI N.º 4/XV/1.<sup>a</sup>  
(ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2022)

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentam a seguinte proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 4/XV/1.<sup>a</sup> – Aprova o Orçamento do Estado para 2022:

Artigo 179º

Utentes inscritos sem médico de família

- 1 – Em 2022, o Governo toma as medidas adequadas para concretizar a meta de que todos os utentes tenham uma equipa de saúde familiar atribuída, a qual deve incluir, preferencialmente, um médico, sempre que possível especialista em Medicina Geral e Familiar.
- 2 – Para os efeitos do número anterior e sempre e na medida em que tal se revele necessário, devem ser adotados procedimentos de contratualização de médicos de medicina geral e familiar e de unidades de saúde familiar de modelo C, nos termos a regulamentar pelo Governo
- 3 – Na fase de fase de transição até à cobertura universal, deverá ser garantido a todos os utentes sem médico de família atribuído, o acesso a um médico assistente, recorrendo-se ao setor social e privado, quando necessário.
- 4 – (anterior n.º 2)
- 5 – (anterior n.º 3)
- 6 – (anterior n.º 4)
- 7 – (anterior n.º 5)



GRUPO PARLAMENTAR

Assembleia da República, 13 de maio de 2022

Os Deputados,

Paulo Mota Pinto

Ricardo Baptista Leite

Paula Cardoso

Rui Cristina

Duarte Pacheco

Nota justificativa:

Em 2011, cerca de 1,8 milhões (1.819.248) de utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) não dispunham de Médico de Família atribuído.

Em face dessa realidade tão negativa – quase 20% dos portugueses sem Médico de Família –, o XIX Governo Constitucional, liderado pelo Partido Social Democrata (PSD), tomou medidas enérgicas que permitiram reduzir o referido número para pouco mais de um milhão (1.044.945), atribuindo assim Médico de Família a quase 800 mil utentes.

Infelizmente, os governos liderados pelo Partido Socialista não assumiram a mesma atitude, mesmo depois de fixarem como meta para 2017 que todos os utentes teriam médico de família. Recorde-se que o Primeiro-Ministro prometia, em setembro de 2016, no Parlamento, que “2017 é, de uma vez por todas, o ano em que todos os portugueses terão um médico de família atribuído”.

Não foi e, atualmente, estamos perante números mais elevados do que quando o governo socialista assumiu funções.

Com efeito, segundo dados da ACSS, em abril de 2022, registaram-se 1.299.376 utentes sem médico de família, que correspondem a 12,3% do total de inscritos nos centros de saúde.



GRUPO PARLAMENTAR

Este é um problema com grande dimensão sobretudo na região de Lisboa e Vale do Tejo, onde 24% dos inscritos (925 mil pessoas) não têm clínico assistente nos centros de saúde, e também no Algarve, onde 17% da população está a descoberto.

Aliás, isso mesmo reconheceu a Ministra da Saúde, na sua audição parlamentar do passado dia 10 de maio, quando afirmou que "...aquilo que nós temos hoje, em termos de utentes sem médico de família, está longe dos objetivos a que nos propusemos. Temos quase 1,3 milhões de pessoas sem médico de família atribuído e sim, este número é pior do que aquele que era em 2015."

De lembrar finalmente que, na mesma audição, a referida governante admitiu que "...a atribuição de listas de utentes a equipas de médicos é um caminho possível e que temos discutido com as estruturas profissionais".